

Inês Cabanilha de Souza

Engenheira Agrônoma e Mestre em
Desenvolvimento e Agricultura pelo
CPDA/UFRRJ.

Política Local e Assentamentos: Clientelismo, Subordinação e Reprodução

I – Introdução

Este trabalho¹ é fruto de um estudo de caso em um assentamento rural implantado durante o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA. Trata-se do assentamento Banco Safra, no município de Nova Xavantina no estado de Mato Grosso. Por estar localizado em uma região de fronteira agrícola, que recebeu levadas de migrantes dos mais diversos locais do país, o assentamento Banco Safra é composto por famílias de várias origens, como mineiros, goianos, nordestinos e sulistas. É uma área dividida entre Cerrado, Campo e Mata de Transição, com aproximadamente trinta mil hectares, onde se en-

contram assentadas hoje, 326 famílias, com lotes que variam entre 25 e 250 hectares.

As famílias assentadas são oriundas, basicamente, de duas grandes correntes migratórias; a primeira, ligada diretamente aos Projetos de Colonização² no Centro Oeste, vinha do Sul do País, trazendo levadas de famílias que se estabeleciam nestas áreas; a segunda é caracterizada por famílias que vieram dos estados de Minas Gerais e Goiás, como também da região Nordeste. As duas correntes se caracterizam por famílias com tradição de trabalho na agricultura. Enquanto os primeiros eram pequenos proprietários no Sul do País e chegavam na

região com alguma estrutura, apoiados nos Projetos de Colonização, os segundos chegavam em busca de novas terras, impulsionados pelas propagandas extra-oficiais, para trabalhar como empregados, meeiros, posseiros e arrendatários, funções estas que já exerciam em seus locais de origem. Em meados da década de 80, estas famílias ocuparam uma área de propriedade do Banco Safra S.A., com sede em São Paulo-SP e após intenso conflito, a área foi desapropriada e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA implantou o Projeto de Assentamento Banco Safra.

Este assentamento é palco de uma intensa e dinâmica diferen-

¹ Este artigo enfoca uma das problemáticas analisadas na dissertação de mestrado “Assentamento Banco Safra: Diferenciações, Contradições e Relações de poder – um estudo de caso em Minas Gerais” defendida em outubro de 1996 no CPDA/UFRRJ.

² O estado de Mato Grosso, assim como outros estados do Centro Oeste e Amazônia Legal, foi objeto de inúmeros Projetos de Colonização privados e oficiais, nas décadas de 70 e 80. Segundo Moreno (1993), desses projetos que o Mato Grosso recebeu nestas duas décadas 268 eram empresariais, 87 particulares e 14 oficiais. O município de Nova Xavantina localiza-se na região do Médio Araguaia, onde diversos desses projetos foram implantados.

ciação entre seus ocupantes, promovida por questões como suas distintas origens, diferenças físicas da área, condições socioeconômicas diferenciadas que possuíam, bem como a atuação e influência de outros agentes, entre outras questões³. A maior parte das diferenças que marcam toda a trajetória do assentamento nestes dez anos delimitam dois grandes grupos: as famílias de origem sulista e as famílias de origens goiana, nordestina e mineira⁴.

No âmbito político – que é o que interessa para os limites deste artigo – são as famílias deste segundo grupo que se constituíram politicamente mais importantes no assentamento. Foram elas que iniciaram a ocupação e que participaram efetivamente da luta pela desapropriação da área. Elas representam aproximadamente 70% das famílias assenta-

das e é deste grupo que surgiram as lideranças que se tornaram hegemônicas na diretoria da associação de pequenos produtores. É com este grupo também que os políticos locais se relacionam e estabelecem mecanismos clientelistas, como se verá mais adiante⁵. As famílias de origem sulista sempre tiveram suas questões resolvidas intrafamiliarmente, do financiamentos para suas culturas passando pela comercialização conjunta e indo até problemas relativos à saúde e escola por exemplo⁶.

Desde o processo de desapropriação da área, e durante os dez anos do assentamento, seus ocupantes desenvolveram uma ligação bastante acentuada com os políticos locais, os quais se transformaram em mediadores por excelência das questões do assentamento. É a ligação com estes

personagens e os meandros desta relação que serão abordados neste artigo.

II – Associação e Poder Local: Parceria ou Subordinação?

A relação do assentamento Banco Safra com a política local parece ser fruto de um aprendizado que ocorreu em dois níveis: o primeiro envolve os espaços de negociação no Estado, os caminhos nos quais era preciso seguir. Ele foi sendo apreendido desde as negociações para desapropriação, quando se iniciou uma peregrinação nas diversas instâncias do INCRA (regional, estadual e federal) e nos Fóruns, por exemplo; o segundo, muito ligado ao primeiro, refere-se ao aprendizado de como fazer as negociações, ou melhor, de alternativas de

.....

³ As diferenciações que se constituíram entre os assentados de Banco Safra é extensamente analisada em Cabanilha de Souza (1996) e, devido as limitações de espaço deste artigo, não serão aqui aprofundadas.

⁴ As famílias sulistas que foram assentadas nesta área são, geralmente, descendentes dos proprietários nos Projetos de Colonização que não conseguiram adquirir terra para formar novos grupos familiares, alguns outros que perderam suas áreas nestes projetos, bem como algumas que se aventuraram em Mato Grosso a procura de novas terras por iniciativa própria. Uma análise sobre os Projetos de Colonização em Mato Grosso pode ser encontrada em Castro et. al. (1994); Guimarães Neto (1986) e Santos (1993), entre outros.

⁵ As famílias destas origens chegaram em Mato Grosso, na sua grande maioria, sem nenhuma estrutura econômica. Mesmo durante a ocupação da área desenvolviam suas atividades de forma individual e, o único momento que as unia era o de enfrentamento durante a resistência por permanecer na terra. Após o assentamento continuaram esta dinâmica e a única atividade mais coletiva que desenvolvem são as tradicionais “trocas de dia” de trabalho, quando o serviço na lavoura aumenta.

⁶ A relação estabelecida entre este grupo de famílias envolve laços de lealdades familiares que, pelo apurado no assentamento, superam muitos outros. Todas as suas atividades são desenvolvidas envolvendo o grupo familiar que, geralmente, envolve três ou mais membros com áreas vizinhas. Nesse sentido, Alavi (1976) contribui para esta análise quando afirma que a relação de parentesco – garantida enquanto uma lealdade primordial – é caracterizada por relações de igualdade e reciprocidade que promovem a constituição de uma relação que precede outras, tais como a lealdade entre classes, ainda que não as excluam, bem como mediam processos políticos mais complexos.

pressão sobre o Estado. E este, assim como o primeiro, é construído desde o processo de desapropriação, quando descobrem os possíveis aliados da política local.

Durante o processo de ocupação e de desapropriação da área, a ausência de mediadores como a Igreja, o Sindicato de Trabalhadores Rurais⁷ e movimentos populares propiciaram que os posseiros buscassem a mediação que naquele momento se propunha a assessorá-los, ou seja, a mediação efetuada pelos políticos locais⁸. Assim, os assentados de Banco Safra iniciaram uma longa e frutífera relação com estes atores que mediaram a desapropriação da área com base em uma relação clientelista. Esta relação se estendeu por toda a trajetória do assentamento, envolvendo a instância de representação – a associação – bem como os assentados de forma particularizada.

Dois acontecimentos que demonstram o envolvimento da associação com os políticos, são exemplos importantes. O primeiro diz respeito à mediação dos lo-

tes do assentamento que foi efetuada pelos assentados e que não foi reconhecida oficialmente pelo INCRA. Todo o processo foi mediado pelo então Senador Lorenberg Nunes Rocha do PTB/MT, que não só entrevistou como acompanhou, juntamente com a associação, a tramitação do processo no INCRA em Brasília. O segundo diz respeito à liberação de sementes para os assentados, viabilizada através de um pedido feito pela associação ao então Senador Márcio Lacerda do PMDB/MT⁹.

Neste dois acontecimentos, a intermediação buscada pela mesma diretoria da associação foi através de dois senadores de partidos diferentes – do PTB/MT e do PMDB/MT – e ocorreram no mesmo ano revelando diferentes ligações políticas do assentamento. Isto sugere uma articulação da associação com facções políticas (ou partidos diferentes do município praticamente ao mesmo tempo, o que revela a capacidade destes líderes de articularem diversas esferas para negociação¹⁰.

Se, como afirma PALMEIRA (1989), as facções só existem como “*verdadeiras facções políticas, em conflito aberto*”, durante o período eleitoral, é possível que a relação da entidade de representação do assentamento com a política local se pautasse sobre esta regra e, fora destes períodos, procure desenvolver suas articulações em diferentes frentes. Por outro lado, o interesse de diferentes partidos em aliar-se à entidade de representação parece significar uma disputa do poder local em legitimar-se no assentamento.

A base das ligações a nível de Senado estava na relação mantida pela entidade de representação com o poder local, que é comprovada não só por depoimentos, mas também por documentos tais como a ata da Assembleia Ordinária da Associação de 11 de junho 1989, para eleição da diretoria. Consta neste documento que discursaram, antes da eleição, um deputado estadual (que relembra sua atuação no processo de desapropriação e promete uma mini-indústria e uma linha de ônibus para o assentamento);

.....

⁷ Apesar da presença do STR de Nova Xavantina ter sido constatada durante aquele processo, ela não foi buscada e nem reconhecida pelos posseiros.

⁸ Os conflitos pela posse da terra em Mato Grosso, pelo menos boa parte dos que se desenrolaram a partir de meados da década de 70 até meados da década de 80, possuem uma característica que é marcada pela ausência dos mediadores que a literatura tem apontado como mais recorrentemente presente nos conflitos pela posse da terra – Igreja, movimentos populares e sindicato. As dificuldades enfrentadas pelo sindicalismo e pela própria Igreja em estabelecerem uma mediação de forma contínua, ocorrendo na maior parte dos casos, ações pontuais, contribuíam para o isolamento físico e político em que as populações posseiras envolvidas em conflitos se encontravam.

⁹ Todos os meandros e pormenores destas negociações podem ser vistos em Cabanilha de Souza (op. cit.).

¹⁰ Não foi possível aprofundar a pesquisa de campo no sentido de desvendar se o interesse político dos diferentes partidos estavam ligados a uma delimitação faccional no município.

um vereador (que doou o dinheiro que custeou as refeições para os 173 associados presentes na assembleia); outros dois vereadores. Discursaram ainda outras duas pessoas, ambos atuais vereadores em Nova Xavantina e ex-assentados.

Este exemplo demonstra não só a disponibilidade da associação em se articular com a política local, mas também como esta relação não se dá somente a nível das lideranças, mas da maior parte dos assentados que, se não aprovam, no mínimo compactuam com esta atuação. O depoimento seguinte, do atual presidente da associação, deixa claro seu posicionamento em se manter articulado com os políticos locais como forma de conseguir benfeitorias para a área.

“As estradas que nós temos aqui, dentro do Banco Safra, foram feitas pelo ex-prefeito... Na época da política... eu peguei esses vereadores, que conseguiram com o Estado uma máquina através de deputado.”

Segundo relatos dos assentados, é muito comum a presença de candidatos nos mais diversos cargos políticos no assentamento quando próximo das eleições.

“...deputados e prefeitura, sempre geralmente é na época do voto, né... eles aparecem. Pra fazer promessa... O prefeito, por exemplo, levou 85% dos votos de dentro do Banco Safra com a promessa desse trator. E o trator que é bom, até hoje...” (assentado).

Como afirma PALMEIRA (1989: 112),

“A política pode expressar interesses de grupos e é capaz de produzir grupos ela própria, mas *se faz também através de redes de relações sociais*, sem fronteiras obrigatoriamente ou permanentemente definidas.” (grifo nosso).

A construção destas redes de relações sociais se expressa no assentamento Banco Safra através do clientelismo político que ocorre não apenas em momentos eleitorais, mas através de um processo mais contínuo, expresso na trajetória do assentamento. Este clientelismo está sendo entendido aqui não como

“...uma contra-partida informal do formalismo das instituições, mas, na sua positividade, como uma espécie de esfera social, relativamente autônoma, feita por relações de reciprocidade” (op. cit.:115).

Segundo esse autor, estas relações de reciprocidade variam de sociedade para sociedade assim como no tempo, podendo subsumir a esfera institucional, ou estar abafada pelas relações institucionais. Entender as relações estabelecidas entre o assentamento Banco Safra e a política local sob essa ótica, proporciona uma melhor compreensão do problema. As relações se dão ora institucionalmente – como na associação –, ora individualmente como se verá mais adiante, bem como assumem maior ou menor intensidade de acordo com a conjuntura.

Como explicitado, o “tempo da política”¹¹ é fartamente explorado pela associação como o momento propício para conseguir melhorias para a área. Assim, “*as eleições representam um momento crucial na vida dessas comunidades*” (PALMEIRA 1989:118). É neste período que a associação – mesmo tendo em conta sua relação historicamente constituída com os políticos – consegue articular de maneira mais precisa as benesses a serem trocadas. Sem entrar aqui na discussão sobre a adesão ou não a determinada facção (já que isto não pôde ser investigado), a negociação efetuada pela associação se reflete com grande peso na adesão a determinados candidatos.

• • • • •

¹¹ Expressão utilizada por Palmeira (1989), que designa o período das eleições. Segundo o autor, este período representa o momento em que as facções na política local são mais facilmente identificadas e que, “por assim dizer, existem plenamente”. Segundo ele, as facções não são propriamente permanentes, elas só existem como verdadeiras facções políticas, “em conflito aberto”, durante o período definido pelo “tempo da política”.

Sendo a associação a mediadora entre seus membros e os políticos, ela estabelece um compromisso entre eles, pelo poder que lhe foi delegado. Neste sentido, os assentados avalizam o repasse destas demandas a outras instâncias e/ou indivíduos e, conseqüentemente, delega-lhes o poder de falar por eles.

A despeito da diferenciação existente no assentamento, a associação se legitimou perante todos os assentados através da representação eficaz de uma demanda coletiva, sobre a qual havia homogeneidade de interesses: o crédito subsidiado, mais especificamente, o Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária – PROCERA. Para ser mais exata, ela se constituiu para a busca deste benefício. Esta demanda parece ser, no assentamento Banco Safra, o que congregou e congrega os assentados em torno da associação.

O respeito à heterogeneidade entre os assentados foi fundamental para a constituição do poder da associação, bem como para a manutenção da sua capacidade de falar por todos, o que deixava de fora da sua competência outras demandas que não fossem homogêneas a todo o grupo¹². O repasse destas para outras esferas,

ainda que sob sua articulação, também era parte constitutiva deste equilíbrio de poder.

Ao mesmo tempo em que ela equilibra seu poder perante os assentados com este repasse, ela se fortalece através dos vínculos com a política local. Ora, os políticos locais já eram bem-vindos pelos assentados desde o processo de desapropriação da área, quando mediarão o mesmo. A continuidade de sua relação com a associação, principalmente nos primeiros anos, só veio fortalecê-la. Esse fortalecimento se dava, pelo lado dos assentados, porque estes viam nesta relação a possível resolução de vários problemas; pelo lado dos políticos, porque a viam enquanto a representante legítima daquela clientela, através da qual se articulavam. A criação deste vínculo com a política local fortalecia a associação a medida em que o grupo se mostrava politicamente importante.

É interessante notar que a relação da associação com a política local é avaliada por todos os assentados, independente de diferenciações. Já quando a relação de clientelismo se dá de forma particular, é com as famílias de um grupo que ela parece se estabelecer mais fortemente. O grupo que se submete ao clientelismo

de forma particularizada é aquele que busca nesta relação a resolução das questões que estão pulverizadas, ou seja, os nordestinos, goianos e mineiros, já que, como afirmado anteriormente, as famílias de origem sulista resolviam seus problemas através das lealdades familiares.

A recíproca parece ser verdadeira. Os políticos locais também enxergam naquele grupo a possibilidade de articular suas questões já que, afinal, foi ele que gerou as lideranças da associação bem como parece ter sido aquele grupo que elegeu os vereadores que se propõem a representar Banco Safra na esfera municipal.

Assim, parece ficar mais claro que a diferenciação política entre o grupo de famílias sulistas e os de origens nordestina, goiana e mineira se dá também ao nível da política local. Na medida em que os sulistas têm suas questões resolvidas basicamente pelas lealdades familiares, estão menos vulneráveis à ação do clientelismo e do poder exercido pelos políticos locais. Conseqüentemente, também estão menos sujeitos às “benesses” proporcionadas por estes.

• • • • •
• ¹² Esse respeito a heterogeneidade, é bom que se esclareça, não se constituiu de forma deliberada pela associação. Não se trata de uma tática intencional de atuação, mas sim de uma atuação que foi se moldando aos poucos, no decorrer da trajetória do mesmo. A forma como a associação se constituiu, tendo como objetivo angariar financiamentos para seus associados, já deixava de fora de suas atribuições a resolução de outras questões que os assentados resolviam e resolvem via outras relações e mecanismos.

III – Lealdade e Reciprocidade: O Clientelismo Personalizado

O estabelecimento das relações de clientela no assentamento está calcado principalmente em demandas básicas que constavam no Projeto de Assentamento e que não foram implementadas pelo Estado. Após o processo de desapropriação, medição do perímetro da área e cadastramento das famílias, ocasião em que a presença do INCRA foi mais constante na área, segundo as entrevistas, ela se tornou muito rara. Durante os dez anos do assentamento, a presença do INCRA sempre esteve relacionada ao recadastramento das famílias em épocas de liberação do PROCERA, bem como à fiscalização da aplicação desses recursos. Com relação as suas outras atribuições, onde caberia proporcionar a infra-estrutura básica aos assentados, mostrou-se completamente ausente.

Quanto à atuação da prefeitura perante o assentamento Banco

Safra, segundo os assentados, ela limita-se aos períodos eleitorais, quando o clientelismo se torna o meio mais fácil, aos olhos das famílias, de acesso a alguns benefícios¹³. Nestes períodos o assentamento se torna alvo dos políticos, que passam a estabelecer de forma mais direta as relações de clientela, sempre na base da reciprocidade. As trocas envolvem o voto e demandas dos assentados que vão desde interesses particulares, como acesso a médicos e hospitais, até benesses que envolvem grupos de assentados.

Assim, além da relação mediada pela associação, onde são repassadas demandas de ordem coletiva, nota-se, no assentamento, demandas que estão dadas no âmbito particular, como a saúde, por exemplo, que são também encaminhadas via políticos. Trata-se de interesses que não se constituíram enquanto problemática coletiva para as famílias e que acabam sendo resolvidos mediante relações de clientela¹⁴.

Por mais que as questões relativas à saúde sejam de ordem

mais geral, elas são tratadas individualmente, a nível de favores envolvendo os políticos locais. São questões que ocorrem no cotidiano do assentamento e que são resolvidas por estes personagens que garantem seu pagamento no período eleitoral.

O fato do assentamento não possuir nenhum posto de saúde e do sindicato não encaminhar estas questões¹⁵, faz com que os assentados recorram aos políticos para terem acesso até mesmo ao serviço público de saúde, o que se torna, na maior parte dos casos, um compromisso eleitoral selado entre os envolvidos. O relato a seguir esclarece o que significa para o assentado uma palavra empenhada.

“Eu tive com dois meninos no hospital quase um ano e é onde eu precisei do sindicato e ele não me valeu e eu tive que valer de um candidato [...] Daí eu tava lá no posto de saúde, aí um sujeito lá falou: ‘olha, vai ali no [nome do vereador]. Ele, se você for lá... só que ele vai exigir seu voto, porque ele tá querendo ser candidato a



¹³ Dentro das diversas áreas de atuação, como saúde e educação, por exemplo, a prefeitura, aparentemente, não privilegia o assentamento Banco Safra. A atuação da prefeitura, parece envolver a rede de poder local, o que não foi objetivo da pesquisa explorar.

¹⁴ Cabe assinalar que as relações de clientela no assentamento se estabelecem também via atravessadores envolvendo o grupo de famílias de origens goiana, nordestina e mineira, mas não serão aqui abordadas.

¹⁵ A maior referência na trajetória dos assentados sobre os problemas relativos a saúde sempre foi o sindicato. No momento em que o Sistema Único de Saúde (SUS) universaliza o sistema de atendimento a saúde, os sindicatos tiram esta questão de suas atribuições, mas ainda continuam a ser a referência para muitos trabalhadores rurais. Assim, os assentados estabelecem uma correlação direta entre as demandas sobre saúde com o sindicato que, por seu lado, não consegue capitalizar esta demanda social e transformá-la em uma demanda política que venha fortalecê-lo. “*Eu não sou sindicalizado... porque o sindicato ajuda em que, nós? Internamento não tem, remédio não tem, encaminhamento não tem...*” (assentado).

prefeito ou vereador, então se você votar pra ele, ele te ajuda. É um homem bom e tal'. E o voto dele era contra porque eu sempre votava no PMDB e eu não tinha interesse de mudar de partido, mas fui obrigado porque não achei outro que me ajudasse e eu tava precisando. Eu falei: 'eu vou ser obrigado'. Fui contrariado, mas fui e ele me ajudou, ele foi um pai pra mim, então é isso aí. E eu votei nele! eu ajudei esse homem porque ele me ajudou né! Votei contrariado, porque eu não tinha a intenção de mudar de partido. Aí muita gente falou: 'é, você não devia ter votado', mas eu falei: 'mas escuta aqui, quem que me ajudou? Não foi ele? É o jeito, a gente tem que... ele me ajudou, né'. Eu procurei o povo do meu partido pra me ajudar, ninguém me valeu, aí eu troquei, né.' (assentado).

O depoimento acima deixa transparecer que a vinculação a determinado partido é menos importante que a retribuição ao favor prestado em horas de necessidade, o que corrobora a afirmação de PALMEIRA (1989:121) de que

“...a lealdade política, lealdade do voto, é adquirida via *compromisso*: ela não implica, necessariamente, nem ligações familiares nem vinculação a um partido, mas ela tem a ver com o *compromisso pessoal*, com favores de-

vidos a uma determinada pessoa, em determinadas circunstâncias.” (grifos do autor).

Segundo este mesmo autor, o momento do voto é o momento de saldar ou, pelo menos, de “amortizar” (dependendo do tamanho do favor), parte da dívida contraída. Mas, a partir das análises efetuadas em seu estudo – e que aqui tende-se a concordar –, para além deste fato, esta reciprocidade pressupõe, de um lado,

“...um pedido e, de outro, uma promessa, ou seja, diferente de outras formas de reciprocidade, supõem o empenho da *palavra* das duas partes, promessas recíprocas (a promessa da retribuição e a promessa do atendimento). A reiteração dessas trocas dentro de um mesmo circuito, mesmo naqueles casos em que não há um empenho explícito e público da palavra é reconhecida como criando um *compromisso*, um vínculo que envolve a honra dos parceiros.” (op. cit.:122, grifos do autor).

Esses compromissos, onde os assentados se envolvem de forma individual, são estabelecidos, até onde foi possível apurar, com vereadores. O assentamento Banco Safra, segundo relato de um vereador, possui em torno de 1.100 eleitores, o que permitiria eleger 3 vereadores num total de 11 do município, que conta com 11.520

eleitores, segundo informações da câmara municipal. Esse fato faz com que Banco Safra seja um assentamento bastante visado pelos políticos locais. Na última eleição municipal, a maior parte dos assentados votaram no atual prefeito, elegeram dois vereadores e contribuíram para a eleição de um terceiro.

Dois destes vereadores, ligados ao PTB, foram assentados e são ligados à Igreja Evangélica Assembléia de Deus que, segundo o que se apurou, vem ganhando muitos adeptos no assentamento. De acordo com a afirmação de um deles e do pastor, seus votos são em grande parte dos “irmãos” da igreja. Não é possível dizer se a conversão à religião afetou a posição eleitoral dos “irmãos”, mas as evidências indicam que, a comunidade de “crentes” votou em seus “irmãos” candidatos¹⁶.

Esses vereadores atribuem boa parte de seus votos à esta clientela.

“Nós éramos dois vereadores da Igreja que tinha no Banco Safra, eu deixei mais a critério do povo e do outro vereador, porque nós fomos dois candidatos da Igreja, e o interesse era eleger os dois. E quando eu vi que a minha situação fora estava boa, eu deixei ele trabalhar mais dentro do

¹⁶ Segundo Novaes (1979), que analisa a participação política de agricultores ligados à Igreja Assembléia de Deus no Nordeste, na comunidade por ela estudada, a conversão à Igreja não significa uma mudança de facção; antes disso, o que move aqueles agricultores são as “velhas lealdades ou adesões individuais”, sendo que estas podem ou não canalizar recursos para a Igreja.

Banco Safra pra que ele não perdesse a eleição dele, né?! Então, nós fizemos um acordo e eu deixei que ele tivesse mais a frente no Banco Safra. Mas 30% da minha eleição veio do Banco Safra.” (vereador crente).

Ao que se constatou, estes vereadores mantêm um sistema de ajudas para atendimentos em hospitais, médicos, recursos, etc., nos moldes clientelistas já analisados¹⁷. As suas ligações antigas com o assentamento onde no passado foram assentados parecem legitimá-los perante os assentados como aqueles que, por serem iguais, sabem dos problemas e dificuldades enfrentadas.

Pelo apurado, a relação estabelecida com os vereadores ultrapassa o “tempo da política” (quando os assentados geralmente o relacionam mais com a presença de deputados e candidatos a prefeito). Ao que se constatou, os votos envolvidos na eleição dos três vereadores estão relacionados a um clientelismo de longa data no assentamento.

“Eu fui eleito duas vezes por Banco Safra. Lá, no último recadastramento, tinha mil cento e poucos [eleitores], eu fui eleito com 306 votos, basicamente de Banco Safra. (assentado, atravessador e vereador).

O vereador que deu o depoimento acima, ligado ao PFL, é assentado e também um dos atravessadores do assentamento que comercializa a produção de banana e que, merece aqui, uma análise pormenorizada. Trata-se de um ator que está presente no assentamento desde a ocupação da área, quando se utilizou de suas atividades políticas no sentido de agilizar o processo de desapropriação e que acompanha o assentamento até hoje, num processo onde se firmou enquanto um político de destaque e também como atravessador respeitado perante grande parte dos assentados.

Em sua trajetória no assentamento ele estabeleceu uma relação clientelista com este público, já que tinha um melhor poder aquisitivo e pretensões políticas:

“...quando entrei, já era político, não era vereador ainda, mas já era político. E com o movimento, a gente exerce uma certa liderança e tal. Aí, me candidatei a vereador e ganhei.” (assentado, atravessador e vereador).

Segundo relato de outros assentados (geralmente os não fornecedores), é bastante controversa a participação dele durante a ocupação.

“O [nome do atravessador/vereador] é da época da ocupação, mas não participou da ocupação. Você veja bem, ele, naquela época, foi muito criticado, quando houve uma política, quando [nome do ex-prefeito] saiu, o pessoal falaram que ele era um dos que mandaram bater no pessoal em cima da ponte... agora, dessa época, logo que passou a invasão da ponte, o pessoal retornaram, aí ele veio pra dentro da área... é inclusive uma pessoa mais rica, né, tinha mais condições. Naquela época o pessoal era todo pobre... ele deu muita assistência, né, e ele conseguiu uma liderança, inclusive tá com dois mandatos de vereador praticamente eleito pelo Banco Safra.” (assentado).

O depoimento acima deixa mais claro como este atravessador capitalizou seu poder econômico de forma a transferi-lo para o nível político, utilizando, para isto, o clientelismo. Assim, sua liderança se inicia com o próprio assentamento onde fazer parte do mesmo, ser um igual aos outros e ter melhores condições para ajudá-los, foi importante na constituição da confiança entre eles.

Controversa ou não, a sua participação durante a desapropriação da área, é um personagem que se tornou importante para boa parte dos assentados, como o próprio depoimento acima relata. Baseado na relação clientelista desde que entrou na área, tor-



¹⁷ O depoimento acima traz ainda um outro indicador interessante. O fato dos dois candidatos se organizarem conjuntamente para se elegerem, para além da organização política que isto representa contribui para se pensar sobre como estão dadas as lealdades entre os “irmãos” da Igreja.

nou-se uma liderança – principalmente na região onde está localizado seu lote – que o levou, inicialmente, ao cargo de vereador e, paralelamente, ao de atravessador de banana com clientela fiel e segura. Assim, os relatos sobre sua participação durante o processo de ocupação não tiram sua legitimidade perante, pelo menos, parte dos assentados. Uma parte muito considerável, que o elegeu vereador por dois mandatos consecutivos.

Segundo ele mesmo, sua participação durante a ocupação ocorreu muito próxima às lideranças reconhecidas na área.

“...quando eu fundei a associação, também fui eu que fiz o estatuto, registrei, que levei em Cuiabá, que publiquei no Diário Oficial, que trouxe [...] Eu atuava com o [ex-liderança]. Quando nós fundamos essa associação, o primeiro presidente era o [ex-liderança], aí foi formando a diretoria comigo, com o [ex-liderança], o [ex-liderança] de vice, eu tesoureiro... depois foi o [ex-liderança] presidente, depois o [ex-liderança]...” (assentado, atravessador e vereador).

O que chama a atenção é que em nenhuma entrevista os assentados se referem a ele enquanto liderança no movimento e na as-

sociação. Ao que parece ele não se constituiu enquanto uma liderança para o assentamento como um todo, mas sim para aqueles com quem manteve e mantém uma relação clientelista, elegendo-se vereador e estabelecendo-se como atravessador respeitado. Nesse sentido, ele não parece se interessar pela disputa do espaço formal de representação do assentamento e estabelece sua relação na disputa pelo espaço político via mecanismos de clientela¹⁸.

Pelas entrevistas efetuadas, é possível afirmar que este atravessador cultivava um carisma com sua clientela a partir de laços de lealdade recíprocos, constituídos no cotidiano da relação desde o início do assentamento. Esse carisma se expressa na fala de todos os fornecedores entrevistados, através de relatos sobre as benesses que ele lhes fornece. Ele é depositário de uma confiança onde seus fornecedores parecem tê-lo como um “porto seguro” para qualquer eventualidade.

A partir do momento em que ele passa a exercer a função de atravessador de banana, amplia também sua base de atuação para além da região onde tem seu lote, servindo aos outros plantadores de banana. Assim, não é sua função de atravessador que o fez e

faz vereador mas, ao contrário, é a partir de sua liderança enquanto benfeitor e já vereador, que se iniciou como atravessador, utilizando sempre o discurso de que não vale a pena comprar banana para revender, mas o faz por causa do compromisso estabelecido com os produtores e para ter serviço para o seu caminhão. Os mecanismos de clientela adotados por este vereador no assentamento, para além de mantê-lo como um importante atravessador, estão relacionados com sua posição política.

IV – Considerações Finais

A idéia deste artigo foi proporcionar uma contribuição que visesse a ajudar a entender os assentamentos de reforma agrária em um estado como o Mato Grosso. Não é possível afirmar que todas as questões aqui abordadas, ainda que de forma reduzida, possam ser generalizadas. Mas elas trazem indicadores que proporcionam melhor entendimento as ações empreendidas pelos assentados em regiões isoladas, que partem em busca de soluções que excluem aquelas empreendidas por movimentos populares como o Movimento de Trabalhadores

• • • • •
¹⁸ Ao que foi possível observar, o poder que esta liderança possui é, também, auto-construído. A elaboração de seu discurso, onde o “eu” é a toda hora enfatizado, chamando e se responsabilizando pelos acontecimentos de que pode tirar proveito, espelha a auto-construção de uma trajetória política pelo apossamento de fatos. Isso só lhe parece ser permitido por tratar-se de uma pessoa que, de alguma forma, possui legitimidade perante o grupo. É a partir dela que ele reconstrói os fatos na forma em que ele acredita e consegue repassar isto como uma imagem verdadeira.

Rurais Sem Terra – MST, por exemplo.

Neste assentamento, a política local se transformou no meio mais fácil, senão o único, para se obter benefícios e acesso à políticas que venham proporcionar a reprodução dos assentados enquanto pequenos produtores. Assim, ao mesmo tempo em que os políticos locais se beneficiam dos votos dos assentados, estes também se utilizam daqueles. Ao que parece, os assentados capitalizaram seu poder político de forma a garantir sua reprodução. Nesse sentido, além das ligações com os políticos locais mais tradicionais, geraram líderes na política local, elegendo três vereadores que os representam no âmbito municipal e que, independente dos mecanismos utilizados, lhes proporcionam boa parte do necessário para se manterem no assentamento.

A própria entidade de representação capitalizou seu poder de representação junto aos políticos, otimizando seu poder de barganha perante instituições com as quais tinha que negociar¹⁹. Assim, tanto a luta pela terra, quanto à reprodução das famílias do assentamento Banco Safra englobam estratégias bastante diferenciadas daquelas encontradas em assentamentos oriundos de arti-

culações empreendidas por movimentos populares. Sua estratégia de sobrevivência passa bastante longe do modelo de associação e de cooperação agrícola desenvolvido naquelas áreas e, a despeito disso, é um assentamento onde as famílias se reproduzem enquanto pequenos produtores, utilizando, para isto, laços de clientela que, dado o isolamento em que vivem, acabam por se tornar extremamente importantes para sua reprodução.

V – Bibliografia

ALAVI, H. 1976. Las Clases Campesinas y Las Lealtades Primordiales In: *Cuadernos Anagrama*, nº.128, Barcelona: Ed. Anagrama.

CABANILHA DE SOUZA, Inês. 1996 *Assentamento Banco Safra: Diferenciações, Contradições e Relações de Poder – um estudo de caso em Mato Grosso*. Tese de Mestrado. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ.

CASTRO, Sueli et. al. 1994 *A Colonização Oficial em Mato Grosso: 'a nata e a borra da sociedade'* Cuiabá: ed. EDUFMT.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. 1986 *A Lenda do Ouro Verde* Tese de Mestrado. Campinas: UNICAMP.

MORENO, Gislaíne. 1993 *Os (des) Caminhos da Apropriação Capitalista da Terra em Mato Grosso* Tese de Doutorado. São Paulo. USP.

NOVAES, Regina Celia Reyes. 1979 *Os Escolhidos. Doutrina religiosa e prática social*. Tese de Mestrado. Rio de Janeiro. UFRJ/MN/PPGAS.

PALMEIRA, Moacir. 1989 Política, facção e compromisso: Alguns significados do voto. In: *Anais do IV Encontro de ciências Sociais do Nordeste*. vol. I. Salvador: (mimeo).

SANTOS, José Vicente T. dos. 1993 *Matuchos: Exclusão e Luta: do sul para a amazônia*. Petrópolis: Vozes.

• • • • •

¹⁹ O maior exemplo disso foi sua negociação com o INCRA para medição da área, onde acionou um Senador que mediu a autorização para que ela fosse efetuada. A despeito do INCRA não reconhecer esta medição oficialmente, ele não manifesta a intenção de refazê-la como também isto não se constituiu em empecilho para que o assentamento tivesse acesso às suas políticas e, é esta medição que é válida até hoje.

